



Boletim do Centro de Auditores Públicos Externos e da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do RS

## Parecer ao PL 254/08 é aprovado na Comissão de Finanças da AL

A Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Nelson Marchezan Jr. (PSDB), aprovou em reunião ordinária desta quinta-feira (16), por nove votos a um, o parecer favorável do relator Marco Peixoto (PP) ao PL 254/08, que institui o Plano de Cargos e Salários dos servidores do TCE. Ao fim da reunião, foi realizada audiência pública para tratar do impacto financeiro do PL. Participaram os conselheiros João Osório e Cezar Miola; o presidente do CEAPE/TCE-RS, Roberto Sanchotene; a presidente da ASTC; Lígia Zamin, a presidente da Associação dos Funcionários Aposentados do TCE, Eva Piccoli; além dos deputados Nelson Marchezan, Jorge Gobbi e Adão Villaverde.

Os nove votos a favor do PL 254/08 foram dados pelos deputados Alexandre Postal (PMDB), Cassiá Carpes (PTB), Jorge Gobbi (PSDB), Silvana Covatti (PP), Kalil Sehbe (PDT), Raul Pont (PT), Adão Villaverde (PT) e Marco Peixoto (PP). O único voto contrário foi do presidente da comissão e autor do requerimento da audiência pública, deputado Nelson Marchezan Jr.

Na reunião, Alexandre Postal destacou que, ao chegar no Parlamento, o projeto gerou o debate entre os deputados, mas que ele já tinha seu posicionamento. “Em nome da minha bancada, estou consciente que a aprovação deste projeto é em prol da melhoria do quadro funcional do tribunal no futuro. É um passo decisivo para avançar naquilo que os próprios servidores acreditam ser necessário para melhorar o trabalho do TCE. Nosso tribunal é um exemplo se comparado aos outros e ainda temos que avançar muito. Porém, nosso tribunal é a vanguarda se comparado aos outros. Estou consciente de que será um avanço nos mecanismos internos do tribunal e no quadro de carreira dos servidores”, afirmou.

O relator do PL, Marco Peixoto, afirmou que desde o



momento em que o projeto chegou a Casa, algumas modificações foram feitas e, com isso, foi possível aprimorá-lo. “Acredito que seja a primeira vez que um projeto com foco no plano de carreira de um órgão público tenha entrado em debate interno perpassando todas as bancadas da casa. Entendo que o projeto já esteja maduro o suficiente para ser aprovado por esta comissão”, pontuou.

“Feliz do Estado que pode valorizar seu quadro funcional”, afirmou Kalil Sehbe, ao destacar a importância do trabalho realizado pelo TCE. “Com servidores competentes e seguros, poderemos ter auditorias preventivas mais efetivas”, argumentou ele. Para Adão Villaverde, o sistema de controle no Estado precisa de constante atualização e modernização. “O TCE possui quadros funcionais que têm tarefas delicadas e complexas, o que exige preparo e boa remuneração”, disse. A mesma opinião é compartilhada por Jorge Gobbi.

A presidente da Associação dos Servidores do TCE, Lígia Zamin, destacou a questão profissionalizante que o projeto de lei pode ocasionar. “O plano de carreira é questão de profissionalizar o servidor, além de diminuir as altas atribuições que banalizam os servidores do TCE”, assegurou.

Uma projeção do impacto na folha do pagamento dos servidores do TCE foi apresentada pelo presidente do Centro dos Auditores Públicos Externos do TCE, Roberto Sanchotene. Segundo ele, haverá um aumento de 2,1% em 2009, chegando a 5,93% em 2012. “Serão extintas 75 funções gratificadas (FGs) e haverá uma redução de 50% no valor das restantes”, pontuou. Conforme o conselheiro do TCE João Osório, a instituição gaúcha é uma das mais enxutas do país. “São pouco mais de 800 servidores para fazer o controle externo de 496 prefeituras, o mesmo número de câmaras municipais e mais toda a administração direta e indireta, além do Legislativo, Judiciário e Ministério Público”, ressaltou Osório.

